18° ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO
EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

BELO HORIZONTE - MG
11 - 14 / AGOSTO

PAISAGENS EM DIÁLOGOS
TERRITÓRIOS, MEMÓRIAS E NATUREZAS

ENEPEA
2026

ENTRE LAGOAS E TERRITÓRIOS

Potencialidades, desafios e reestruturação dos espaços livres no Projeto Lagoas do Norte, Teresina-PI.

Paisagens e territórios

BETWEEN LAGOONS AND TERRITORIES

Potentialities, challenges, and the restructuring of open spaces in the Lagoas do Norte Project, Teresina–PI.

OLIVEIRA DE BRITO SILVA, Clarice
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal do Piauí | Teresina, PI, BR | clariceoliveirabs@ufpi.edu.br | ORCID: 0009-0002-2555-7270

CARDOSO MATOS, Karenina
Doutora, professora Associada do Departamento de Construção Civil e Arquitetura |Universidade Federal do Piauí | Teresina, PI, BR | karenina@ufpi.edu.br | ORCID: 0000-0002-3719-6217

GOMES REIS LOPES, Wilza
Doutora, professora Titular do Departamento de Construção Civil e Arquitetura |Universidade Federal do Piauí | Teresina, PI, BR | wilza@ufpi.edu.br | ORCID: 0000-0002-3567-6831

PINTO DA SILVA, Francisco Kaio
Graduando em Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal do Piauí | Teresina, PI, BR | kaiofrancisco@ufpi.edu.br | ORCID: 0009-0000-7473-4689

SANTIAGO RODRIGUES, Denise
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo | Universidade Federal de Uberlândia | São Luís, MA, BR | denisesantiago.arq@gmail.com | ORCID: 0000-0003-1952-7913

RESUMO

A zona norte de Teresina-Piauí é historicamente marcada por vulnerabilidades socioambientais, associadas à ocupação em áreas alagáveis, precariedade habitacional e déficits de infraestrutura urbana. Nesse contexto, o Programa Lagoas do Norte configura-se como uma importante estratégia de reestruturação urbana, voltada à requalificação ambiental, controle de enchentes e implantação de equipamentos públicos de lazer. Apesar das potencialidades do território, as transformações também geraram desafios durante sua implantação. Assim, este artigo analisa as ações do Programa em suas diferentes fases e desdobramentos recentes, destacando potencialidades e limitações à luz das relações entre paisagem e território. Metodologicamente, a pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental, visitas in loco e sistematização crítica das ações e seus impactos na dinâmica urbana local. Os resultados indicam avanços na urbanização da área, mas também desafios quanto à articulação entre preservação ambiental e justiça social, além de conflitos entre eficiência técnico-operacional e comunidades afetadas.

Palavras-chave: Projeto Lagoas do Norte; potencialidades; espaços livres.

ABSTRACT

The northern zone of Teresina, Piauí, has historically been marked by socio-environmental vulnerabilities associated with occupation in flood-prone areas, precarious housing conditions, and deficits in urban infrastructure. In this context, the Lagoas do Norte Program stands out as an important urban restructuring strategy aimed at environmental requalification, flood control, and the implementation of public leisure facilities. Despite the territory's potential, the transformations also generated challenges during its implementation. This article analyzes the Program's actions across its different phases and recent developments, highlighting its potentials and limitations in light of the relationships between landscape and territory. Methodologically, the research is based on a literature review, documentary analysis, visits and critical systematization of the actions and their impacts on local urban dynamics. The results indicate advances in urbanization, but also challenges in articulating environmental preservation and social justice, as well as conflicts between technical-operational efficiency and affected communities.

Keywords: *Lagoas do Norte Project; potentialities; free spaces.*

1 INTRODUÇÃO

Antes mesmo da transferência da capital do Piauí, em 1852, na antiga Vila do Poti, atual bairro Poti Velho, já existiam casas habitadas por pescadores, canoeiros, plantadores de fumo e de mandioca nas margens da confluência dos rios Poti e Parnaíba (Chaves, 2013). Essa ocupação inicial evidencia a relevância do ambiente ribeirinho na formação e na consolidação do território urbano de Teresina que, por sua posição geográfica privilegiada, foi elevada à categoria de cidade em 1852, por José Antônio Saraiva, então Presidente da Província do Piauí (Chaves, 2013). Portanto, nesse mesmo ano foi criado o primeiro plano urbanístico para a cidade de Teresina pelo presidente da província do Piauí, conhecido como Plano Saraiva, em homenagem ao seu criador, o qual estabeleceu um traçado ortogonal e definiu as praças sendo os principais espaços livres da cidade (Matos, 2017).

Durante a década de 1970 houve um grande crescimento urbano em Teresina impulsionado por investimentos em infraestrutura e pela diversificação das áreas de crescimento para além da região central. Contudo, esse movimento intensificou a pressão sobre o mercado imobiliário, especialmente em zonas mais valorizadas, como a zona leste capital, aumentando a especulação imobiliária e dificultando o acesso formal à moradia por pessoas de baixa renda que vinham para Teresina em busca de oportunidades de estudos e de empregos e, consequentemente, de melhores condições de vida. Como consequência, esses grupos passaram a procurar outros locais distantes da região mais desenvolvida da cidade para viver, o que causou uma intensa ocupação irregular em locais de vulnerabilidade socioambiental, como nas margens dos rios, principalmente na zona norte de Teresina (Matos, 2017). Esse processo teve uma influência significativa no tecido urbano da zona norte, cujas condições naturais de topografia mais baixa e a presença de diversas lagoas, sendo contabilizadas 34 no total, favoreceram a degradação ambiental e o aumento do risco dessas residências serem atingidas por enchentes (Moura, 2006).

Nesse contexto de intensificação da ocupação das áreas ribeirinhas, a zona norte de Teresina foi severamente impactada por uma grande inundação em 1970, o que evidenciou as limitações da infraestrutura urbana existente frente às chuvas recorrentes, especialmente no primeiro quadrimestre do ano em referência. Como resposta inicial, foram implantados o dique-avenida Boa Esperança, na margem do rio Parnaíba, e o dique-avenida Mocambinho, ao longo do rio Poti, perfazendo aproximadamente cinco quilômetros de extensão. No entanto, tais intervenções, marcadas por um caráter predominantemente técnico e defensivo, mostraram-se insuficientes, uma vez que não impediram nova inundação em 1985, o que levou à ampliação da extensão dos diques e à instalação de bombas de drenagem nas lagoas dos Oleiros e do Mocambinho (Figura 1) (Matos, 2017).

Contudo, somente a partir da década de 1990 observa-se uma mudança mais consistente na abordagem do poder público, quando as intervenções deixam de se restringir à contenção das cheias e passam a incorporar o espaço livre urbano como elemento estruturador da paisagem e da vida cotidiana, especialmente com o Programa Parques Ambientais e, de forma mais abrangente, com o Projeto Lagoas do Norte, que redefinem o papel das lagoas e de suas bordas ao integrá-las a um sistema de espaços públicos voltados ao lazer, à convivência e à requalificação socioambiental da região (Matos, 2017).

Figura 1- Matérias de Jornal “O Dia” sobre as inundações em Teresina



Fonte: "O Dia", Especial 75 anos, 2026.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Serpa (2007) compreende os espaços públicos, em especial os parques urbanos, como elementos centrais da sociabilidade e da urbanidade na cidade contemporânea. No contexto do século XXI, esses espaços configuram-se como um local de natureza, estruturador de vínculos e de relações sociais, visto que os parques são como cenários onde as relações entre a comunidade acontecem. Contudo, o autor ressalta que o cumprimento do papel social dos espaços públicos está diretamente relacionado à garantia do acesso universal, de modo que diferentes grupos sociais possam usufruí-los de forma equitativa. No Brasil, no entanto, a possibilidade de que as classes populares utilizem os espaços públicos está fortemente ligada à distância a ser percorrida e à eficiência do transporte coletivo, fatores que limitam ou ampliam as possibilidades de apropriação desses espaços (Serpa, 2007).

Aliprandi e Tângari (2022) enfatizam que os espaços livres não são elementos estáticos na cidade, mas componentes que se transformam junto com os processos de urbanização e com as dinâmicas sociais e morfológicas do tecido urbano, sendo parte integrante da forma urbana e de sua evolução ao longo do tempo ao refletirem os modos de uso, as relações sociais e as estratégias de planejamento. Essa abordagem contribui para a compreensão dos espaços livres como sistemas em constante reconfiguração, cuja qualidade não pode ser avaliada apenas a partir de sua concepção original, mas principalmente pelas mudanças ao longo do tempo. Tal discussão fundamenta a necessidade de avaliar, no contexto de projetos urbanos consolidados, como os espaços livres se mantêm qualitativos ou não para diferentes grupos sociais, com destaque para crianças, idosos e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida,

cuja relação com o espaço público evidencia aspectos essenciais de acessibilidade, inclusão e urbanidade.

Dora (2025) afirma que no debate sobre urbanização e sustentabilidade, as cidades enfrentam desafios crescentes decorrentes da vulnerabilidade socioambiental, especialmente em países subdesenvolvidos, em comunidades de médio e de grande porte, onde desigualdades econômicas, deficiências no planejamento urbano e infraestrutura insuficiente ampliam a exposição a riscos climáticos e desastres naturais. Essas comunidades encontram-se mais suscetíveis a riscos de epidemias, enchentes, doenças, desnutrição, obesidade, falta de atividade física e acesso precário à água potável. Nesse contexto, além de reconhecer as vulnerabilidades às quais esses grupos estão sujeitos, é necessário investir em processos de transformação urbana que promovam acessibilidade, inclusão social e sustentação das condições de vida (Dora, 2025), os quais o autor chama de resiliência:

> "A resiliência é um processo dinâmico de adaptação, que envolve capacidades individuais, comunitárias e sistêmicas para obter resultados sociais e de saúde positivos e, ao mesmo tempo, prevenir e responder a vários riscos… A resiliência de uma comunidade está relacionada à capacidade de resistir, adaptar-se e crescer durante a adversidade, apoiada por estruturas sociais, redes e interdependências". (Dora, 2025, p. 4).

A partir do conceito de resiliência urbana, as Soluções Baseadas na Natureza (SBN) têm se consolidado como estratégias fundamentais para o enfrentamento dos impactos decorrentes da urbanização acelerada e das mudanças climáticas, especialmente no que se refere à gestão das águas pluviais (Miranda *et al.*, 2024). Entre essas soluções destacam-se as técnicas adotadas no modelo das cidades-esponja, que propõem a incorporação do meio natural ao planejamento urbano, de modo a lidar com os desafios ambientais de forma integrada e sistêmica, ampliando a capacidade das cidades de absorver, adaptar-se e responder a eventos extremos e a contextos de mudança, reduzindo vulnerabilidades socioambientais e os impactos de desastres naturais.

A aplicação prática dos princípios das cidades-esponja pode ser observada em intervenções na China, especialmente no caso de Wuhan, que se consolidou como uma das principais experiências desse modelo naquele país. De acordo com Oliveira e Rena (2025), o projeto de cidade-esponja em Wuhan integra uma das estratégias de planejamento urbano associada ao projeto de ecocivilização, o qual incorpora a cultura chinesa com o manejo sustentável das águas. Desse modo, as cidades-esponja podem ser compreendidas como um conjunto de projetos voltados à criação de ambientes urbanos capazes de lidar de forma integrada com as águas, visando à mitigação de inundações, à filtragem e ao tratamento das águas pluviais, à preservação das *wetlands* e à qualificação paisagística dos espaços, de modo a favorecer seu uso pela população. Nesse processo, Oliveira e Rena (2025) destacam a contribuição do arquiteto e paisagista Kongjian Yu, que enfatiza a necessidade de tornar as cidades mais permeáveis à água sem dissociar os aspectos ecológicos, sociais e paisagísticos.

No contexto brasileiro, as primeiras ações ambientais de maior impacto vinculadas ao planejamento urbano ocorreram em Curitiba, durante o primeiro governo de Jaime Lerner (1971-1975). Entre 1972 e 1982 foram implantados três parques e três bosques, totalizando aproximadamente 10 milhões de m² de áreas verdes, o que correspondeu à preservação de cerca de 2,31% do território municipal (Ribeiro, 2001). Dentre essas intervenções destaca-se o

Parque Barigui, concebido como parte de um sistema mais amplo de drenagem urbana que articula áreas verdes, canais e reservatórios. Conforme destaca Velloso *et al.* (2025), a integração eficaz desses elementos é fundamental para assegurar uma gestão holística e sustentável das águas pluviais. Tal experiência evidencia que o enfrentamento das inundações e a qualificação ambiental do espaço urbano dependem de estratégias sistêmicas nas quais os espaços livres desempenham papel estruturador na organização territorial e na promoção da resiliência urbana.

3 A ZONA NORTE PARA ALÉM DO TERRITÓRIO

A zona norte de Teresina constitui-se como um espaço marcado por diversas dinâmicas sociais, ambientais e simbólicas. Historicamente constituída como uma região de baixa renda, enfrentou recorrentes processos de inundação, sobretudo em virtude da presença das lagoas e da precariedade dos sistemas de drenagem, o que contribuiu para que esses corpos d'água fossem, por muito tempo, percebidos como problemas urbanos.

Além dessas questões, a escassez de áreas públicas de lazer e de infraestrutura adequada evidenciavam um cenário de vulnerabilidade socioambiental. Contudo, para além dessas fragilidades, a zona Norte abriga significativas potencialidades naturais, culturais e comunitárias, revelando um território cuja complexidade ultrapassa a dimensão física e demanda uma leitura que considere suas múltiplas camadas históricas e sociais.

Nesse sentido, tais potencialidades antecedem qualquer iniciativa institucional de intervenção. Por estar localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, bem como articulada em meio a um sistema de lagoas, as atividades culturais e de subsistência sempre estiveram ligadas às águas. Esses corpos d'água desempenham papel fundamental na dinâmica econômica e social local, especialmente por meio da atividade pesqueira, que constitui fonte de subsistência e de identidade para muitas famílias.

Além das potencialidades naturais, a região destaca-se por sua riqueza cultural. O saber tradicional relacionado à produção artesanal com a argila, bem como as lendas urbanas que atravessam gerações e as festividades do "Bumba meu boi", revelam um território permeado pela cultura local. Nesse contexto, o conjunto de bonecas de barro "Mulheres do Poti" constitui uma expressiva representação da identidade local ao retratar figuras como a oleira, a ceramista, a pescadora, a religiosa e a mulher das continhas, simbolizando, por meio de suas atividades cotidianas, as práticas e as vivências femininas desenvolvidas na região, que possuem relação direta com os rios (Navarro e Silva, 2020).

O território da zona norte também é historicamente marcado pela presença de terreiros de matrizes africanas, como os da umbanda e os do candomblé. Conforme destaca Carmo (2017), povos de terreiros recorriam a esses espaços, frequentemente afastados do núcleo administrativo e com infraestrutura precária, como forma de proteção frente às perseguições policiais e civis que condenavam suas práticas culturais e religiosas.

Assim, antes mesmo da implementação de qualquer programa urbano, a zona norte já se consolidava como um berço histórico-cultural de grande relevância para a cidade de Teresina, cuja identidade foi construída a partir das relações entre as águas, o trabalho artesanal, a tradição, a religiosidade e a memória coletiva.

4 A ORIGEM DO PROJETO LAGOAS DO NORTE

O Programa Lagoas do Norte (PLN) constitui uma estratégia abrangente de recuperação territorial, estruturado para promover ações urbanísticas, de caráter social, econômico e institucional na zona norte de Teresina.

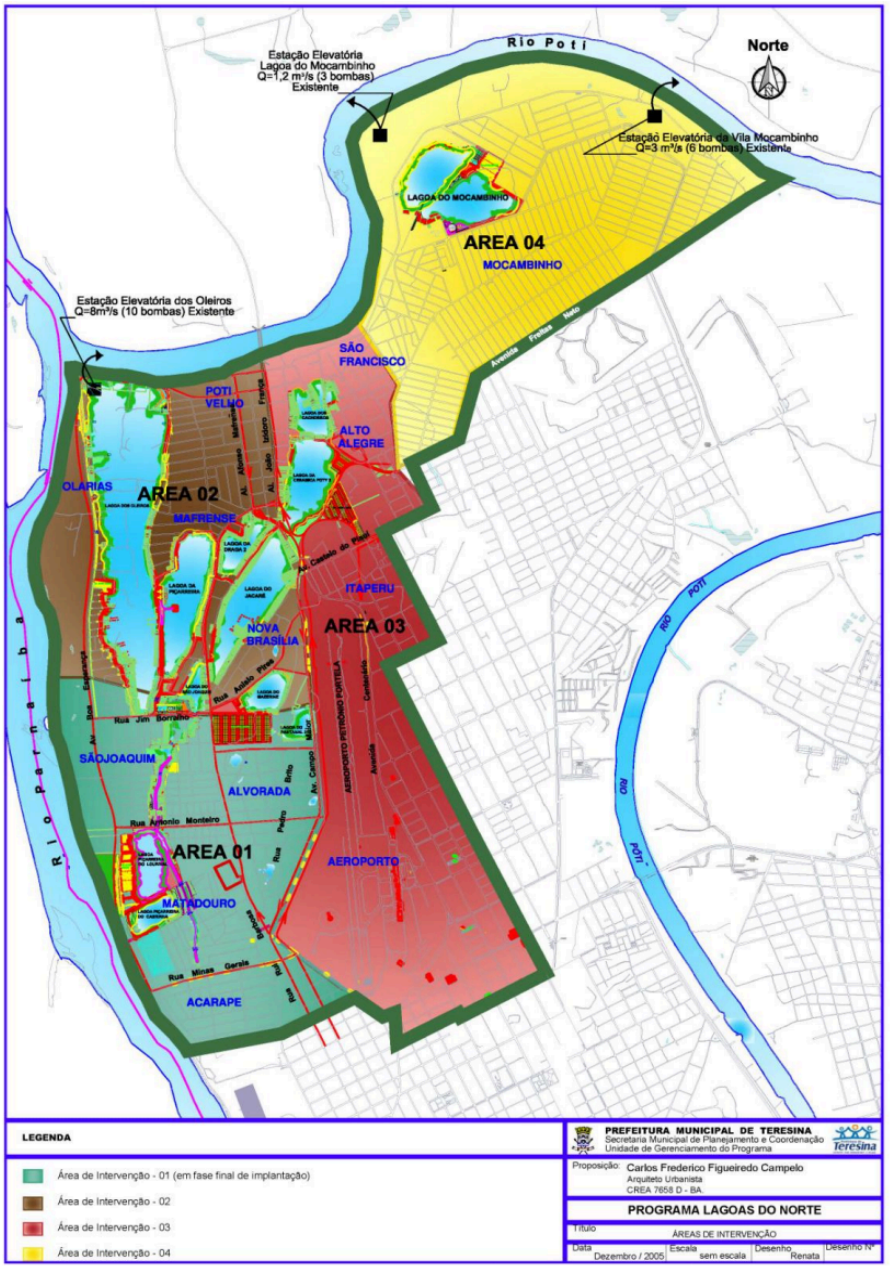
O foco do Programa, desde o início, se baseia nas intervenções de cunho ambiental, urbanístico, social e econômico, sendo que os resultados esperados pelo Programa e pelo Banco Mundial, financiador das ações, segundo a Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte (UGP, 2017), são:

- coleta e tratamento de 100% do esgoto da região;
- recuperação da qualidade da água em todas as lagoas e canais, através da redução da carga poluidora devido ao lançamento de esgoto bruto (sem tratamento), resíduos sólidos e sedimentos;
- recuperação e otimização do sistema de macrodrenagem de modo a minimizar as enchentes;
- recuperação da vegetação natural na área situada ao longo das margens das lagoas, canais, diques e rios, tornando-a área de preservação ambiental;
- melhoria instantânea do ambiente local de famílias através de novas moradias a serem construídas nos Loteamentos de Reassentamento Involuntário;
- melhorias nas moradias existentes (fachadas e instalações hidro-sanitárias principalmente);
- recuperação e construção de áreas verdes, parques e outros equipamentos urbanos e de lazer.

Nesse contexto, o Projeto Lagoas do Norte integra o PLN como sua parte de intervenções urbanas e paisagísticas, responsável por concretizar no espaço urbano as diretrizes de desenvolvimento mais amplas através de obras de infraestrutura, habitação, drenagem e requalificação dos espaços públicos.

O Projeto Lagoas do Norte surgiu a partir do Projeto Teresina, e recebeu o nome de Lagoas do Norte por sugestão da Construtora Queiroz Galvão, devido a uma forte cheia que inundou a região norte em 1982 (O Dia, 2012). O projeto inicial tinha como objetivo principal promover a melhoria da qualidade de vida da população de mais de 100 mil pessoas residentes em 13 bairros da zona norte de Teresina (São Francisco, Mocambinho, Poti Velho, Olarias, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, São Joaquim, Nova Brasília, Aeroporto, Alvorada, Matadouro e Acarape), correspondente a uma área de 1.311 hectares (UGP, 2017). Nessa região, em 2003, foram contabilizadas 34 lagoas naturais formadas pelos canais do rio Parnaíba, contudo, o aumento populacional nesses bairros e a expansão dos lotes resultaram no aterramento dessas lagoas e atualmente restam apenas 12 lagoas (Figura 2) de dimensões e profundidades variadas, as quais estão incluídas dentro do Programa para serem objetos de intervenção, segundo a Prefeitura Municipal de Teresina (Moura e Lopes, 2006).

Figura 2- Divisão de áreas do PLN, lagoas e estações elevatórias existentes



Fonte: Prefeitura Municipal de Teresina, 2017.

O projeto foi dividido em duas fases (Quadro 1). Na primeira, as obras tiveram início em 2008, com inauguração em 28 de junho de 2012 e finalização no ano de 2016, considerada "a maior intervenção urbanística já feita em Teresina", por conta da grande área que englobava as transformações – cerca de 12 hectares. A segunda fase teve suas obras iniciadas em 2016 (Pinheiro *et al.*, 2022) em uma área três vezes maior que a primeira. A intervenção previa a continuação das obras da 1ª fase, além de expandir os serviços de saneamento básico e proteção contra enchentes, mobilidade urbana e reassentamento de famílias que residiam em áreas de risco (SEMPLAN, 2016). Contudo, até os dias atuais, a obra ainda não foi concluída.

Quadro 1- Fases do Projeto Lagoas do Norte

	FASE 1 (2008-2016)	**FASE 2 (2016-2021)**
Objetivos	Melhoria da drenagem, saneamento básico, reassentamento de famílias, melhoria no sistema viário.	Abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem; reforma e ampliação de ruas e avenidas; construção da ponte Santa Maria da Codipi; requalificação urbana, construção e reforma de equipamentos comunitários e sociais e melhoria habitacional.
Área de intervenção	Região dos bairros Matadouro, São Joaquim e Nova Brasília.	Região dos bairros Olarias, Lagoa dos Oleiros, Lagoa da Piçarreira, Lagoa São Joaquim, Lagoa da Draga 02, Lagoa do Jacaré, Lagoa do Mazerine, Lagoa do Pantanal, Lagoa da Cerâmica Poty, Lagoa dos Cachorros.
Planejamento inicial	Criação do Parque Lagoas do Norte, revitalização da Lagoa Azul, criação do Residencial Zilda Arns (realocação de famílias), reforma do Teatro do Boi.	Revitalização do Parque Ambiental Encontro dos Rios e do Mercado São Joaquim, limpeza das lagoas, projeto de paisagismo no entorno das lagoas.
O que foi executado	Todas as intervenções foram concluídas.	Reformas do Mercado São Joaquim, Parque Ambiental Encontro dos Rios, construção da Praça dos Orixás, criação do Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos.

Fonte: Dados da Prefeitura Municipal de Teresina. Elaborado por Clarice Oliveira, 2026.

O Programa Lagoas do Norte teve grande relevância municipal, nacional e internacional, e foi apresentado como “um dos casos de sucesso das capitais brasileiras na Gestão Ambiental” na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20, no mesmo mês e ano de inauguração da sua primeira etapa (Caixa Econômica Federal, 2016). Além disso, o PLN esteve entre os 20 ganhadores da 9ª Edição do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Global, realizada pela Caixa Econômica Federal nos anos de 2015/2016 (Meio News, 2015). A convite do Banco Mundial, principal financiador do Projeto, o então prefeito Firmino Filho apresentou o Projeto Lagoas do Norte em diversos países, incluindo Argentina e Estados Unidos, destacando a importância do Projeto e as transformações da região (Meio News, 2015).

A questão da moradia em área de risco sempre foi um tema que o Programa Lagoas do Norte colocou como prioridade. Em 2006 os 13 bairros beneficiados pelo Programa foram divididos em 4 áreas e foram criados 4 Planos de Reassentamento Involuntário (PRI), um para cada área específica (Prefeitura de Teresina, 2014). Aliado a essas ações também foi criado o Projeto Socioambiental (PSA), que tinha como objetivo dar suporte, com foco no apoio às

famílias afetadas pelo reassentamento, ao desenvolvimento de atividades de cunho social, educativo, ambiental e sanitário.

Entre as intervenções feitas a partir da implantação do Programa Lagoas do Norte destacam-se os espaços livres (Figura 4), em especial os parques urbanos, criados ou recuperados com o intuito de promover a conservação ambiental e o lazer comunitário. No total são três parques que integram o Projeto Lagoas do Norte: Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos, Parque Lagoas do Norte e Parque Ambiental Encontro dos Rios, além de uma praça, a Praça dos Orixás, que foi integrada ao Parque Lagoas do Norte. Os parques fazem parte dos bairros Mocambinho, São Joaquim, Matadouro e Olarias, respectivamente. Os quatro bairros possuem um perfil social semelhante, com renda média abaixo da média da zona urbana do município de Teresina (R$1.110,00), segundo o Censo de 2010 (SEMPLAN, 2018) — último dado disponível. Esse cenário evidencia a vulnerabilidade socioambiental à qual essas pessoas estavam sujeitas, marcada pela combinação entre baixa renda e moradia em local suscetível a inundações.

Figura 4- Área do Projeto Lagoas do Norte e espaços livres que fazem parte do PLN



Fonte: Google Earth. Adaptado por Clarice Oliveira, 2026.

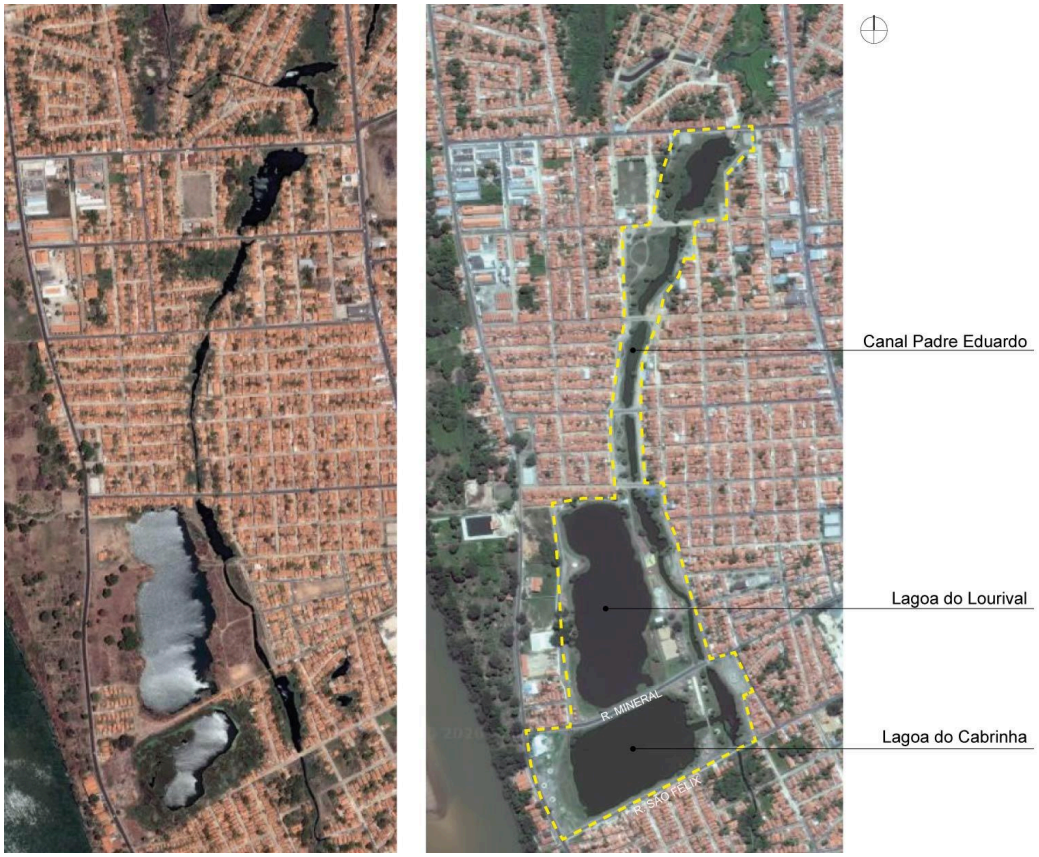
5 AS FASES DO PROJETO

5.1 O CENÁRIO DA FASE 1

Antes das intervenções predominavam moradias autoconstruídas, muitas em condições precárias, com infraestrutura urbana limitada, ausência ou insuficiência de saneamento básico, sistema viário deficitário e recorrentes episódios de enchentes durante o período chuvoso. O território correspondente a essa etapa de intervenção configura-se como a Área 1 do Projeto (Figura 5).

A primeira fase do Programa Lagoas do Norte traz uma transformação urbana voltada para requalificação ambiental, implantação de espaços públicos e intervenções em mobilidade e habitação em uma área historicamente marcada por vulnerabilidades socioambientais na zona norte de Teresina.

Figura 5- Área do Parque Lagoas do Norte nos anos de 2005 e 2015



Fonte: Google Earth. Adaptado por Clarice Oliveira, 2026.

Com um conjunto de ações integradas da Prefeitura Municipal de Teresina realizadas com apoio financeiro do Banco Mundial, em parceria com o Governo Federal, nessa primeira etapa foi inaugurado o Parque Linear do bairro São Joaquim, também conhecido como Parque Lagoas do Norte, em junho de 2012. O projeto do parque contava com iluminação e sinalização em todo seu entorno, foi realizada a limpeza e urbanização das margens do Canal Padre Eduardo e das Lagoas Piçarreira do Cabrinha e Piçarreira do Lourival, e foram abertas duas novas ruas para facilitar o acesso ao parque: Mineral e São Félix. O programa de necessidades do parque foi voltado principalmente para o esporte e o lazer de pessoas de todas as idades, com espaços de *playground*, caminhada, bicicleta e academia da terceira idade. Também foi construída uma praça na frente da Lagoa Piçarreira do Cabrinha, chamada Praça Monumental, e quiosques em frente à Lagoa Piçarreira do Lourival.

Em continuidade às ações do Programa, no dia 23 de dezembro do mesmo ano foi inaugurada a segunda etapa da fase 1, que abrangeu 4 hectares. As intervenções incluíram a requalificação urbana nas margens do Canal Padre Eduardo, entre as ruas Vereador Álvaro Monteiro e Mineral, a etapa final da Praça Monumental, uma nova passarela sobre o canal,

área de contemplação, o prolongamento da rua que contorna o lado oeste da lagoa, numa extensão de 350m, a conclusão do passeio que margeia toda a Lagoa do Lourival e o *Skate Plaza*, uma pista de *skate* de aproximadamente 900m² de área, sendo a segunda maior do Nordeste. Além disso, o muro de 18 residências que estão voltadas para as lagoas foram padronizados e pintados (O Dia, 2012).

Todavia, tais avanços coexistem com desafios estruturais, especialmente no que se refere aos impactos do reassentamento de famílias, que pode ter provocado rupturas territoriais e simbólicas, além da necessidade permanente de manutenção das infraestruturas implantadas para garantir a sustentabilidade ao longo do tempo. No período entre 2009 e 2014 foram atendidas 493 famílias, sendo que 327 foram reassentadas para o Residencial Zilda Arns, localizado dentro da área do Projeto, as outras famílias optaram por indenização ou reassentamento monitorado (Prefeitura Municipal de Teresina, 2014).

A princípio o parque foi projetado para ser totalmente aberto, integrado à malha urbana. Entretanto, no ano de 2021, após mais de 90 boletins de ocorrência feitos por parte da administração do parque com relação a ataques ao patrimônio e vandalismo, o parque foi gradeado ao longo de toda a sua extensão, com um novo regimento de horários de abertura e de fechamento (Figura 6). A medida gerou reação por parte da comunidade local, que organizou um abaixo-assinado contrário à instalação do gradil, com receio de que o espaço se tornasse mais isolado e menos acessível. Segundo relatos de moradores, tal percepção acabou se confirmando após a implementação do cercamento, antes mesmo da finalização das obras (O Dia, 2021).

Figura 6- R. Mineral (2026)



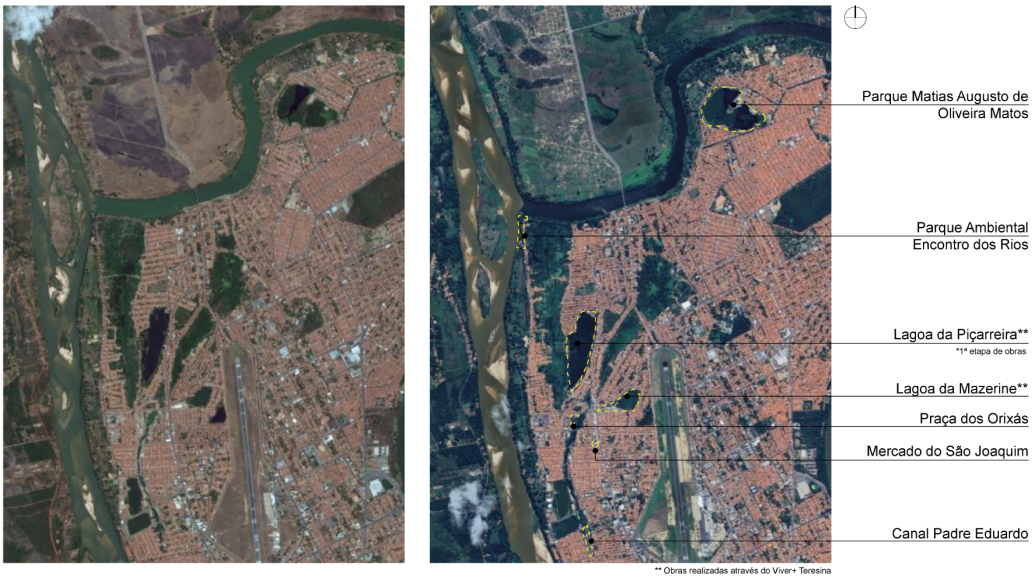
Fonte: Registrado pelos autores, 2026.

5.2 O CENÁRIO DA FASE 2

A segunda fase do Programa Lagoas do Norte (Figura 7) caracteriza-se por uma ampliação significativa do escopo das intervenções, englobando ações de macrodrenagem, implantação de esgoto sanitário, melhorias no abastecimento de água, urbanização de margens de lagoas, realocação de famílias e produção de novas moradias, bem como a expansão da infraestrutura de equipamentos urbanos e de lazer em áreas de risco ambiental nas áreas 2, 3 e 4 do Programa (UGP, 2020). Essa fase iniciou em 2016, logo após a conclusão da primeira fase, também com investimentos do Banco Mundial, do Governo Federal do Brasil

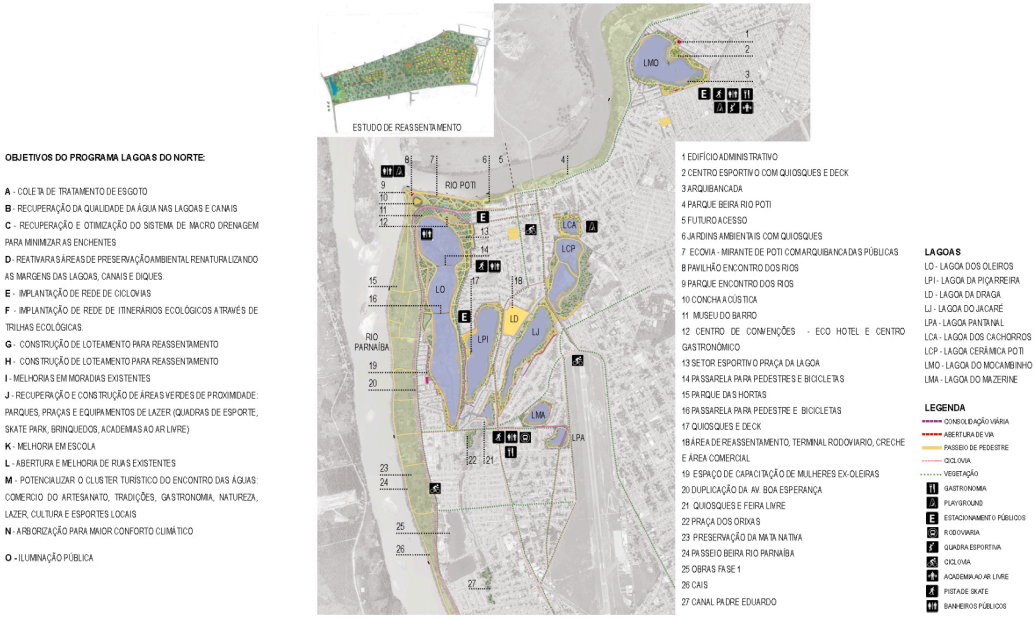
e da Prefeitura Municipal de Teresina. O masterplan (Figura 8) foi idealizado pelo Consórcio Consultor de Teresina Sustentável formado por MPB Engenharia e Jansana de la Villa de Paauw Architects, com previsão de finalizar a execução em até 5 anos.

Figura 7- Área de intervenção da 2º fase nos anos 2016 e 2025



Fonte: *Google Earth*. Adaptado por Clarice Oliveira, 2026.

Figura 8- Masterplan Fase 2, por de Paauw Architecture



Fonte: de Paauw Architecture, 2019.

Durante essa fase foi prevista a adoção de uma intervenção sistêmica que integra saneamento, ordenamento territorial e reassentamento, buscando não apenas mitigar enchentes e requalificar espaços degradados, mas também promover a regularização fundiária

e proporcionar condições habitacionais adequadas para famílias de baixa renda. Para isso, o Plano de Reassentamento Involuntário criado em 2006 foi revisado, de acordo com as lições aprendidas da primeira fase, o que demonstrou a tentativa de mitigar impactos sociais negativos, oferecendo compensações, como apoio à realocação, além de mecanismos de acompanhamento e de monitoramento das famílias afetadas. As famílias atingidas nessa fase do Programa foram realocadas para o loteamento Parque Brasil , localizado também na zona norte de Teresina, totalizando mais de mil famílias. As justificativas para necessidade de reassentamento são: residências localizadas em área de risco de inundação, alagamento ou precariedade (88% do total) e localizadas em locais de intervenção para conectividade, mobilidade, segurança e melhorias urbanas (10% dos casos totais) (UGP, 2020).

Entre as principais intervenções concluídas estão a reforma do Mercado São Joaquim e do Parque Ambiental Encontro dos Rios, a construção da Praça dos Orixás e a implantação do Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos, ampliando os espaços de convivência, lazer e permanência ao ar livre. A intervenção também planejava a limpeza e desassoreamento de trechos das lagoas e canais, o plantio de árvores para o paisagismo, bem como qualificação de calçadas, sinalização urbana e implantação de mobiliário público para ampliar a acessibilidade no entorno das lagoas, com o intuito de promover uma articulação entre os espaços de lazer, circulação e os equipamentos comunitários (PMT, 2017). Contudo, o projeto não foi concluído até o encerramento das ações do PLN em 2021.

6 PRINCIPAIS DESAFIOS DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE

O Programa Lagoas do Norte, apesar de seu caráter estruturante e da amplitude das intervenções realizadas na zona Norte de Teresina, enfrentou desafios significativos que perpassam dimensões institucionais, sociais, ambientais e de governança.

Um dos grandes desafios para sustentação do Programa é a manutenção de parques, sistemas de drenagem, equipamentos públicos e áreas requalificadas, os quais exigem capacidade administrativa contínua, recursos financeiros estáveis e articulação intersetorial entre a Prefeitura e a comunidade. A ocorrência de vandalismo, depredação e posterior cercamento de áreas públicas, como aconteceu no Parque Lagoas do Norte, demonstra as dificuldades na consolidação do sentimento de pertencimento e na gestão compartilhada dos espaços urbanos revitalizados.

É possível destacar que parte da comunidade diretamente afetada pelo Programa solicitou, no ano de 2019, a abertura de uma inspeção junto ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, por meio de abaixo-assinado, com o objetivo de verificar se o Projeto estava executado em conformidade com as políticas da instituição, especialmente no que se refere ao reassentamento involuntário e à efetiva participação das famílias envolvidas. No relatório divulgado pelo próprio Painel, reconhece-se que “o painel nota um déficit significativo de confiança entre as comunidades afetadas por ele visitadas e o Projeto” (The World Bank, 2019, p. 19), o que evidencia fragilidades no diálogo institucional e desafios relacionados ao sentimento de pertencimento da população em relação às ações implementadas.

A análise de Rodrigues e Lima (2019) evidencia que o padrão de governança do Programa Lagoas do Norte, ao se configurar como um modelo gerencial voltado prioritariamente para a dimensão técnico-operacional, com o objetivo principal em preservação e recuperação ambiental, minimiza a dimensão política do processo decisório. Segundo os autores, esse formato tem o risco de não atender de maneira efetiva à diversidade

das demandas da população local, especialmente nesse contexto da zona norte, marcado pela complexidade socioespacial. Nesse sentido, a busca por alcançar os objetivos primordiais do Programa, conciliando a gestão ambiental e a participação democrática da comunidade, configurou-se como um desafio para a estruturação efetiva do PLN.

Em meio a esses desafios, o contrato com o Banco Mundial, que terminou em 2021, não foi renovado por decisão do próprio Banco. Contudo, a Prefeitura Municipal de Teresina manifestou interesse em buscar outras fontes de financiamento para concluir as obras.

7 A SITUAÇÃO ATUAL DA ZONA NORTE

A zona norte permanece marcada por transformações urbanas em curso, especialmente nas áreas anteriormente contempladas pelo PLN. Para dar continuidade às intervenções, no ano de 2023 foi criado o programa Viver+ Teresina por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação, em parceria com a Agenda 2030, com financiamento do Banco do Brasil e da Agência Francesa de Desenvolvimento. As ações do programa são baseadas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e tem como principal objetivo "tornar Teresina uma cidade mais resiliente diante dos seus desafios, principalmente aqueles decorrentes das mudanças climáticas, sustentável e inovadora" (SEMPLAN, 2023), e têm atuado até os dias de hoje.

Desde então, foram criados e executados projetos voltados à requalificação urbana, à habitação e à recuperação ambiental. No campo ambiental e paisagístico, a revitalização da Lagoa do Mazerine, em maio de 2024, e a primeira etapa da Lagoa da Piçarreira, em outubro de 2025 (Prefeitura Municipal de Teresina), reforçam a estratégia de requalificação dos corpos hídricos como elementos estruturadores do espaço urbano. As requalificações englobam quadras de esporte, locais para sentar, pista de atletismo, *playground* e academia da terceira idade. Essas intervenções buscam não apenas mitigar problemas como alagamentos e degradação ambiental, mas também promover novas centralidades de lazer e de convivência. Nesse contexto, o Parque Vila Poty, inaugurado em junho de 2024, consolida-se como uma recente transformação da área, o qual articula equipamentos públicos como quadras, quiosques, mirante, capela, além de ser palco para diversos eventos culturais e ambientais, o que fomenta o lazer e o turismo na região do Polo Cerâmico.

Em outubro de 2025 foi lançado o Projeto Periferia Viva, resultado de uma parceria entre o Governo do Estado do Piauí, a Prefeitura Municipal de Teresina e a Secretaria Municipal de Periferias. Com um investimento previsto de R$ 27 milhões em obras, a iniciativa tem como objetivo promover melhorias nas áreas de urbanização, habitação e meio ambiente nas comunidades do Poti Velho, Olarias e São Joaquim – territórios que integravam o antigo Projeto Lagoas do Norte. Embora apresentado sob nova denominação, o Periferia Viva sinaliza a continuidade das intervenções na região, assumindo, na prática, o lugar anteriormente ocupado pelo Projeto Lagoas do Norte.

8 CONCLUSÃO

A análise do Programa Lagoas do Norte evidencia sua relevância como uma das mais significativas intervenções urbanas realizadas na zona norte de Teresina. Trata-se de um Projeto que reestrutura o território à luz das águas, colocando a natureza como ponto central das

intervenções. A sua execução, viabilizada com investimentos do Banco Mundial, e a continuação das obras (mesmo após o encerramento do Programa) através do programa Viver+ Teresina, com investimentos do Banco do Brasil e da Agência Francesa de Desenvolvimento, e do programa Periferia Viva, reforça sua dimensão estratégica e sua inserção em uma agenda internacional de requalificação ambiental e de desenvolvimento urbano sustentável.

A magnitude dos recursos investidos e a complexidade das ações implementadas evidenciam a relevância atribuída à recuperação socioambiental de uma área historicamente marcada por vulnerabilidades. Contudo, trata-se também de um território de expressiva importância histórica e cultural, reconhecido como berço da cidade de Teresina e espaço de múltiplas manifestações identitárias. A região abriga práticas culturais e religiosas significativas, como os terreiros de umbanda e de candomblé, além da pesca, que constitui meio de subsistência para diversas famílias. Soma-se a isso o saber tradicional relacionado à produção de cerâmicas, bem como a presença de lendas urbanas e outras expressões simbólicas que compõem o imaginário local. Esses elementos reforçam a necessidade de um olhar sensível e integrado sobre o território, considerando não apenas suas dimensões físicas e ambientais, mas também sua riqueza histórica, social e cultural.

Não obstante, apesar dos avanços alcançados, observa-se que a ausência de uma gestão contínua e articulada compromete a consolidação dos resultados obtidos. A manutenção insuficiente dos espaços e a fragilidade no acompanhamento das ações revelam um cenário de descaso que pode comprometer a sustentabilidade das transformações promovidas. Além disso, a fragilização do sentimento de pertencimento por parte da população torna-se um desafio para a permanência e a valorização das intervenções realizadas. Quando os sujeitos não se reconhecem como parte ativa do processo e do território transformado, os vínculos com os espaços requalificados tornam-se mais frágeis, intensificando os desafios já existentes. Desse modo, evidencia-se que as dificuldades enfrentadas não se restringem à dimensão administrativa, mas também envolvem aspectos sociais e simbólicos que impactaram diretamente a continuidade e a efetividade do Projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALIPRANDI, D. C.; TÂNGARI, V. R. **O sistema de espaços livres no estudo da forma urbana: análise de problemas e potencialidades em Campos dos Goytacazes (RJ, Brasil)**. *Oculum Ensaios*, v. 19, 2022. DOI: https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5280. Acesso em: 05/03/2026.

CARMO, Francisca Daniele Soares do. **Povos de terreiro no contexto de intervenções urbanísticas: territórios sociais de religiosidades de matrizes africanas na zona Norte de Teresina-PI e o Programa Lagoas do Norte – PLN.** 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

CHAVES, Monsenhor. **Obras completas.** Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. Teresina, 2013.

DORA, Carlos. **Sustainability is more than a lofty goal: how cities can strengthen health and disaster resilience.** *Trends in Health Sciences*, v. 67, n. 1, 2025. Disponível em: https://revista.amrigs.org.br/trendsinhealth/article/view/6. Acesso em: 09/02/2026.

MATOS, Karenina Cardoso. **A cidade ribeirinha: desafios e possibilidades para o planejamento urbano - ambiental dos rios Parnaíba e Poti em Teresina-PI.** tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

MEIO NEWS. **Firmino apresenta projeto Lagoas do Norte em fórum nos EUA.** Meio News, 21 maio 2015. Disponível em: https://www.meionews.com/politica/firmino-apresenta-projeto-lagoas-do-norte-em-forum-nos-eua-271428. Acesso em: 27 fev. 2026.

MIRANDA, Arthur Alves Costa Lignani de et al. **Cidades-esponjas: lições da literatura científica para a prática da sustentabilidade nos desafios do ambiente construído.** *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 21, n. 13, p. 1-26, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n13-040. Acesso em: 27/02/2026

MOURA, Maria Geni Batista de; LOPES, Wilza Gomes Reis. **Lagoas da Zona Norte de Teresina e seu entorno:** Uma análise ambiental. In: III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, 2006, Brasília. III Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS. Campinas: ANPPAS, 2006. v. 1. p. 1-16.

NAVARRO, Alexandre; SILVA, Amanda Lima da. **Mulheres do Poti: transformação cerâmica e representações femininas no Poti Velho, Teresina, Piauí.** *Revista de História da UEG (REVHIST)*, Morrinhos, v. 9, n. 2, p. e922012, 2020. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/10246. Acesso em: 22/02/2026.

OLIVEIRA, Gleiderson Roger Lima de; RENA, Natacha Silva Araújo. **Wuhan – Cidade esponja como parte do projeto ecocivilizacional chinês.** *Scientific Journal ANAP*, v. 3, n. 14, 2025. Edição especial: Anais do III Simpósio Brasileiro de Águas Urbanas. ISSN 2965-0364.

OLIVEIRA, Márcio de. **A trajetória do discurso ambiental em Curitiba (1960–2000).** *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 16, 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-44782001000100007.

REVISTA FT. **Parque Ambiental Matias Augusto de Oliveira Matos – Teresina (PI), Brasil: processo de criação, arborização e evolução da paisagem.** *Revista FT*, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: https://revistaft.com.br/parque-ambiental-matias-augusto-de-oliveira-matos-teresina-pi-brasil-processo-de-criacao-arborizacao-e-evolucao-da-paisagem/. Acesso em: 09/12/2025.

RODRIGUES NETO, Edmundo Ximenes; LIMA, Antônia Jesuíta de. **Grandes projetos urbanísticos e padrão de governança: Programa Lagoas do Norte em Teresina – Piauí.** *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 23, n. 2, p. 807–828, 2019. DOI: http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p807-828.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEMPLAN). **PLN II – Marco de Reassentamento**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2014. Disponível em: https://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2014/10/PLN-II-Marco-de-Reassentamento-2014.pdf. Acesso em: 08/12/2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRITÓRIO E HABITAÇÃO (SEMTUH). **Prioridade 9 – SJ-MAZ (RL 13017 EMD REQ PCA-009_2)**. Teresina: Prefeitura Municipal de Teresina, 2018. Disponível em: https://pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/39/2018/06/RL-13017-EMD-REQ-PCA-009_2-Prioridade-9_SJ-MAZ-REV.pdf. Acesso em: 08/12/2025.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2007.

VELLOSO, Verônica Motta Pimenta et al. **O uso do Parque Barigui no Plano de Drenagem da cidade de Curitiba-PR.** In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto et al. (org.). *Ciências do Ambiente e Sustentabilidade*. Ponta Grossa, PR: AYA Editora, 2025. cap. 5.